



C A P Í T U L O 1

Introdução

Eduardo Mangolim Brandani da Silva

A história enquanto disciplina e área investigativa que pertence ao campo das ciências humanas, está em constante diálogo com as outras disciplinas que pertencem a esse campo. Ao se buscar o objeto de estudo dessa área, seus representantes levantaram debates em torno dessa definição. Uma das mais famosas, que reverbera até hoje na investigação desse campo, seria a de que os historiadores investigam os “homens no tempo”, termo cunhado pelo historiador francês Marc Bloch (Bloch, 2002, p.53).

A proposta de se estudar a espécie humana sujeita à temporalidade significou entre as décadas de 1920 e 1970, investigar as interações, produções, operações e atitudes de ordem política, social, econômica e cultural. A diversidade de categorias de análise, gerava a necessidade por parte dos historiadores de dialogarem com outras áreas das ciências humanas. É nesse sentido que conceitos ligados à antropologia, sociologia, etnologia, economia, ciências políticas, e diversas outras áreas que permitem que a análise do historiador seja aprofundada de acordo com a proposta de sua investigação.

Frente à diversidade de diálogos que a historiografia necessita para que a ação historiadora se concretize, o historiador francês Paul Veyne se propôs a ir além daquilo que Bloch havia consolidado. Veyne entendia que a história enquanto área isolada não era capaz de dar conta ao estudo do tempo e dos indivíduos subsumidos à temporalidade. Enquanto campo que define poucos conceitos, mas que estuda uma grande variedade de categorias, a história se faz dependente de outras disciplinas irmãs, isso é, outras ciências humanas. Dessa maneira Veyne delimitou que a história estuda os humanos e suas produções materiais e imateriais que são significadas e amalgamadas por conceitos, podendo-se falar em um estudo socio-humano inflexionado pelo tempo. De maneira simplificada isso significa que a história investiga quaisquer aspectos envolvendo os humanos sujeitos à ação do tempo (Veyne, 1983, p.41).

Essa percepção de Veyne contribuiu com o movimento interno na historiografia na década de 1970, onde a busca pela expansão da ação historiadora visava evitar o esgotamento da área, permitindo que limites usuais fossem transpassados. A trilogia de obras “Novos Problemas; Novas Abordagens; Novos Objetos”, produzida por Jacques Le Goff e Pierre Nora, expressa esse sentimento e produziu um efeito de renovação na área. Os autores propuseram novos questionamentos para a área, propondo novas abordagens metodológicas, onde novos tipos de evidências fossem utilizados.

Esses novos percursos deram espaço para que abordagens mais detalhadas pudessem tomar corpo. Fatores que eram antes desconsiderados, apagados e nem sequer pensados ou elencados, passaram a ser utilizados como forma de ampliar as respostas e possibilidades tanto sobre eventos e cenários no tempo que careciam de explicações, ou até mesmo no caso de cenários fechados que aparentavam estar plenamente compreendidos.

A nova variedade de abordagens, metodologias e temas garantiram que uma ampla variedade de trabalhos fosse gerada. As novas percepções culturais permitiram significações e sentidos inéditos, novos usos do entendimento político, além de novos cenários para a aplicação de conceitos econômicos e sociais. Porém a história enquanto disciplina e área investigativa permanecia ainda distante de outros campos externos às ciências humanas.

A historiografia da década de 1970 permaneceu ligada à dimensão dos produtos humanos inflexionados pelos conceitos. Isso é, em grande medida se buscava entender os significados, intenções e atitudes dos humanos, assim como esses mesmos fatores aplicados aos produtos que nossa espécie gera. No entanto, a historiografia relacionava pouco a espécie humana com aquilo que lhe perfaz física e materialmente, isso é, sua condição de existência biológica, física e química. Isso significa dizer que para além de estudar a significação holística sobre tudo o que os sentidos humanos alcançam, a historiografia deve considerar também que enquanto espécie, os humanos lidam com fome, enfermidades e se relacionam com um mundo material diverso, se envolvendo com outras espécies e elementos.

Diversos autores já se questionavam sobre esses elementos antes da década de 1970. Esse tipo de consideração não significava eliminar o pensamento humano do processo investigativo da ação historiadora. Mas sim evidenciar que a espécie humana realiza determinados procedimentos e se organiza em relação às necessidades inerentes à nossa constituição biológica. Um dos trabalhos mais marcantes nesse sentido foi a obra “Uma História da Saúde Pública” escrita pelo médico estadunidense George Rosen em 1943. Esse trabalho marcante buscou traçar uma narrativa sobre como os humanos e as diferentes culturas buscaram formas

de garantirem a preservação e recuperação de suas saúdes, assim como o manejo público envolvendo curas, infraestrutura de higiene, a relação e entendimento sobre medicamentos e o papel dos alimentos em relação ao cotidiano e às necessidades energéticas (Rosen, 1994).

Essa obra é apenas um dos múltiplos exemplos anteriores aos anos 1970, que depois dessa década se multiplicaram em número. Enquanto os historiadores buscavam, entre os anos 1920 e 1970, novas abordagens que incluíam percepções culturais mais como práticas e ações do que apenas elementos intelectualizados, uma série de pesquisadores e investigadores caminhava por territórios pouco explorados, abordando elementos que hoje são ditos como pertencentes à subárea da História das Ciências.

A história das ciências possui tópicos e objetos que são recorrentes na análise dessa área. A alimentação, a saúde e a natureza são temáticas usuais que são inflexionadas pelos conceitos a fim de serem relacionados com as ciências humanas, e, portanto, com os humanos. No entanto, esse campo não se resume apenas aos objetos que são analisados, mas na abordagem que é feita e na construção metodológica. O alimento pode ser abordado em relação ao que ele representa para uma determinada cultura, mas isso não faz com que essa abordagem seja pertinente à História das Ciências. Isso porque esse campo realiza outros tipos de abordagens. Para a história das ciências importa sim saber o significado que um alimento tem para uma cultura. Porém importa ir além, onde a abordagem trata do porquê determinado alimento foi escolhido, quais eram os nutrientes e compostos bioquímicos relacionados ao alimento e o impacto disso sobre os sentidos e a constituição humana e quais eram as significações voltadas ao bem estar físico que se acreditava que determinados recursos possibilitavam.

Esse material busca uma breve reflexão sobre alguns temas relacionados à subárea da história das ciências, e mais especificamente a um dos seus campos internos que é a história das ciências da saúde. Esse campo teve espaço de apresentação e reflexão em meados do século XX. O autor Henry Sigerist deu um passo relevante em relação a essa temática quando fundou em 1933 o *Bulletin of The History of Medicine*. (Gorsky et al, 2011, p.9-10).

Desde então a história da medicina e das ciências da saúde vem se mostrando um campo promissor com muitos trabalhos relevantes que vêm moldando a percepção da trajetória humana no decorrer do tempo. Esse livro, em formato de coletânea, busca contribuir ao menos brevemente com essa área com alguns capítulos que abordam diferentes dimensões sobre as práticas e teorias de saúde no decorrer do tempo. Isso significa que os capítulos estruturados pelos diferentes autores que corroboraram com essa obra abordam questões sobre higiene, teorias sobre curas e enfermidades, assim como a dimensão de práticas cirúrgicas em contextos dinâmicos.

O primeiro capítulo do livro intitulado ““Em tudo há partes de tudo” ou “O equilíbrio está entre forças opostas?”: simpatia e antipatia nos paradigmas de saúde e doença no século V a.C. e no século XVIII” escrita pelos historiadores Gessica de Brito Bueno e Rodrigo Perles Dantas tem a proposta de esmiuçar como se dava o entendimento da formação de enfermidades na antiguidade clássica greco-romana, e como essa lógica sobreviveu até o século XVIII e para regiões mais distantes como no caso da América portuguesa. A questão da enfermidade serve de suporte, como uma porta de entrada, para a questão central do capítulo que é a dimensão de como as enfermidades eram tratadas por via de drogas e fármacos, isso se dando através da lógica do binômio simpatia-antipatia. Como será visto essa teoria se fundamentava em noções de que as enfermidades poderiam ser tratadas por recursos de natureza similar ou oposta, de acordo com a dimensão de falta ou de excesso de um determinado humor no interior do corpo.

A abordagem sobre enfermidade não se restringe ao primeiro capítulo. Os historiadores Eduardo Mangolim Brandani as Silva, Gessica de Brito Bueno e Christian Fausto Moraes dos Santos escreveram o segundo capítulo intitulado “O Ocidente Medieval e o Nascimento de suas cidades: Estruturação e Salubridade do espaço citadino” cujo foco se deu em entender quais eram os perigos insalubres que afetaram o imaginário medieval do século VI ao século XV. O estudo vai até o século XIX, já que os autores se propuseram a compreender quais os paradigmas sanitários e de higiene que guiavam o pensamento medieval em torno da estruturação e consolidação das cidades, trazendo também a dimensão de como esses aspectos perduraram até a Era Moderna, mas também como esses espaços e teorias foram desestruturados a partir dos séculos XVI e XVII. O tema de concentração se dá em sentido de pensar como o pensamento europeu entendia que os maus ares, que eram os odores putrefatos chamados de *Miasmas*, eram temidos nesse período, tendo moldado a forma e estrutura das cidades, além de propiciar o uso de fármacos, que serviriam como prevenção ao contato com essa matéria corrupta e nociva.

O terceiro e último capítulo traz uma abordagem focada no evento das cruzadas. O texto escrito por Eduardo Mangolim Brandani da Silva, Anelisa Mota Gregoleti e Christian Fausto Moraes dos Santos tem um enfoque em questões médicas que ocorreram nos eventos cruzadísticos, porém com ênfase na questão da prática terapêutica da cirurgia. O texto realiza em um primeiro momento uma abordagem sobre as condições culturais, políticas, econômicas e sociais que levaram à ocorrência das diferentes expedições da cruz. Porém na segunda metade, o texto aborda como os cruzados realizavam suas batalhas, de forma a situar a cirurgia enquanto prática essencial para o campo de batalha, já que os cruzados sofriam muitos revezes em meio aos conflitos. Além disso o material aborda sobre os intercâmbios ocorridos entre o mundo islâmico e cristão nesse processo, com ênfase nas informações e saberes médicos que transitaram entre os dois espaços.

Por fim vale ressaltar que os capítulos levantam as principais temáticas de saúde que foram geradas na antiguidade greco-romana com a medicina hipocrático-galênica, e que perseveraram até a Era Moderna. O primeiro capítulo levanta a questão de como as enfermidades se formavam no interior do corpo a partir do desequilíbrio humoral, assim como a forma pelo qual se dava o tratamento através dos fármacos. O segundo capítulo também situa a questão da formação de enfermidades, mas não necessariamente o desequilíbrio em si, mas sim fatores que fomentavam o surgimento de enfermidades com ênfase nos maus ares, que quando inalados corrompiam os humores internamente. A partir da dimensão da salubridade, o texto trata de um dos tópicos mais relevantes da antiguidade sobre a medicina, que era a dimensão da prevenção, que envolvia os regimes de saúde, lógica essa que envolvia largamente a higiene. O último tópico relevante contido no terceiro capítulo trata da outra tática de saúde que era utilizada para garantir que as pessoas se mantivessem saudáveis: A cirurgia. Essa tática era a mais emergencial, envolvendo fraturas e cortes, mas podendo ser utilizada em casos onde os fármacos não bastavam. A trindade dos regimes de saúde, farmacologia e cirurgia compunham a terapêutica hipocrático-galênica que combatia as enfermidades que foram mencionadas no decorrer dos textos.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. **Apologia da História – ou o ofício do Historiador**. 1 ed. São Paulo: Zahar, 2002.

GORSKY, Martin; MOLD, Alex; BERRIDGE, Virginia. History in public health: The nature and practice of history. In: GORSKY, Martin; MOLD, Alex; BERRIDGE, Virginia (Org.). **Public Health in History**. 1 ed. McGraw Hill: Nova Iorque, 2011, p.5-20.

ROSEN, George. **Uma História da Saúde Pública**. 1 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.

VEYNE, Paul. **O INVENTÁRIO DAS DIFERENÇAS: História e Sociologia**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.